

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL  
PORTO VELHO RONDÔNIA  
PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/GVCL/GVEF/GVJM/2015



PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 3.277/2015 "Dispõe sobre medidas de segurança em prevenção e resposta a  
Proj. de Lei Comp. nº \_\_\_\_\_ emergências em áreas e edificações no âmbito do Município de Porto  
Resolução \_\_\_\_\_  
Decreto Legislativo \_\_\_\_\_ Velho e dá outras providências".  
Emenda \_\_\_\_\_  
Data 25/05/15 Horário 15:00hs.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO** no uso de suas atribuições que  
lhe confere o inciso IV do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou, e eu  
sanciono a seguinte **LEI**:

**Artigo 1º** – Nas áreas e edificações abrangidas por esta Lei, durante sua atividade-fim, fica  
obrigatória a presença de equipe de prevenção e resposta a emergências composta por:

**I** - Bombeiros civis - nas áreas ou edificações, abertas ou fechadas, públicas ou privadas, em  
que houver grande concentração de pessoas ou atividades de risco, a vida e ao meio  
ambiente.

**II** - Guarda-vidas - em parques, clubes e áreas de recreação com ambiente aquático, seja  
natural como rios e lagos ou artificial, como represas ou piscinas destinadas ao lazer,  
recreação ou desporto.

**§1º** - Para efeito desta Lei, considera-se grande concentração de pessoas para:

a) feiras, encontros, shows e demais eventos artísticos, religiosos, sociais, culturais ou  
esportivos, por duração determinada ou indeterminada, a partir de 1000 (mil) pessoas  
participantes.

b) boates, casas noturnas e congêneres a partir de 500 (quinhentas) pessoas participantes, ou  
a partir de 250 participantes quando em mais de 50% da área ao público haja lotação igual  
ou superior a 4 pessoas por metro quadrado.

c) outras atividades em edificações ou áreas, abertas ou fechadas, públicas ou privadas com  
concentração a partir de 1000 (mil) pessoas participantes.

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTO VELHO RONDÔNIA**



§2º - Consideram-se pessoas participantes, todas as pessoas que estejam concentradas no local durante sua atividade-fim, independentemente de pôr qual motivo ou objetivo estejam no local.

§3º - Ficam isentos da obrigatoriedade da presença de Guarda-vidas, as piscinas e áreas aquáticas em imóvel residencial ou em locais onde a área aquática esteja proibida ao uso.

**Artigo 2º** - Para efeito de implantação, adequação e fiscalização, o cálculo e dimensionamento de pessoal nas equipes de Bombeiros ou Guarda-vidas a que se refere ao artigo 1º desta lei, considera-se a “Norma Nacional CNBC 03-2013 Dimensionamento, implantação e adequação de equipes de Bombeiros para edificações, áreas e eventos” e demais parâmetros do Conselho Nacional de Bombeiros Civis - CNBC Brasil.

§1º - Quando entre o público participante houver, homens e mulheres, as equipes de Bombeiros ou Guarda-vidas devem possuir em seus quadros profissionais de ambos os gêneros.

§2º - As equipes de Bombeiros devem ser dispostas de forma que em caso de emergência o socorro chegue a qualquer local da edificação ou área em menos de 4 minutos e no caso de Guarda-vidas de forma que o início do salvamento seja imediato à constatação da emergência.

§3º - Para os parques e áreas de conservação ambiental, o cálculo das equipes considera a área a ser protegida conforme Norma Nacional CNBC 12-2015 Implantação e adequação de serviços e equipes de Bombeiros em ambiente natural do Conselho Nacional de Bombeiros Civis - CNBC Brasil.

**Artigo 3º** - As áreas, edificações ou eventos abrangidos por esta Lei, obrigatoriamente devem possuir um Plano de Prevenção, Preparo e Resposta a Emergências, atendendo a “Norma Nacional CNBC 08/13 P3RE Plano de Prevenção, Preparo e Resposta a Emergências”.

§1º - O P3RE é de responsabilidade do profissional Responsável Técnico, com formação e qualificações compatíveis a responsabilidades e riscos locais, com registro regular junto ao respectivo Conselho, devendo prever os riscos existentes e possíveis no local, mesmo ambientais, naturais ou não, incluindo rotas de fuga, meios de prevenção e combate a



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTO VELHO RONDÔNIA**



incêndio, primeiros socorros, integridade do SPDA Sistema de Proteção de Descarga Atmosférica (para-raios) e demais itens necessários à segurança no local.

**§2º** - Antes do início das atividades-fim nos locais abrangidos por esta Lei, devem ser informados ao público participante, sobre condições de segurança quanto a rotas de fuga, meios de alarme, locais de extintores, posicionamento da equipe e pontos de atendimento em casos de emergência.

**Artigo 4º** - Para efeito de fiscalização e concessão de autorização ou alvará de funcionamento, para empresas ou instituições que explorem a área de prevenção e resposta a emergências, consideram-se os parâmetros do Conselho Nacional de Bombeiros Cíveis – CNBC Brasil, seja para as instituições de ensino profissionalizante ou para as prestadoras com locação de mão de obra ou serviços de Bombeiros Cíveis e Guarda-vidas.

**Parágrafo único** - As empresas ou instituições a que se refere este artigo, devem possuir profissional com nível 2 ou 3 e a respectiva inscrição como Responsável Técnico por Serviços RTS ou Responsável Técnico por Ensino RTE em situação regular junto aos registros do Conselho Nacional de Bombeiro Cível – CNBC Brasil.

**Artigo 5º** - A inobservância desta Lei sujeita o infrator às seguintes penalidades, a serem aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das ações penais e cíveis cabíveis:

**I** – Autuação com prazo para sanar as irregularidades entre 15 (quinze) e 45 (quarenta e cinco) dias;

**II** – Multa, recolhida aos cofres do Município, com valor entre R\$1.500,00 (um mil e quinhentos) a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**III** – Interdição do estabelecimento ou suspensão da atividade eventual;

**IV** – Cancelamento da autorização ou de alvará de funcionamento.

**§1º** – A deliberação sobre o prazo previsto no item I e sobre os valores previstos no item II será feita, pela autoridade fiscalizadora conforme a gravidade das irregularidades e seu potencial de danos a vidas e ao meio ambiente.

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTO VELHO                      RONDÔNIA**



§2º - A multa prevista no item II deste artigo será aplicada em dobro em caso de reincidência e em caso de permanência de irregularidades apuradas ao final do prazo da autuação prevista no item I.

§3º - O valor da multa será atualizado anualmente conforme o índice de correção adotado pelo município em vigor no início do ano vigente ao ajuste.

§4º - A arrecadação proveniente das multas previstas no item II será destinada aos serviços, convênios e campanhas do Município para resiliência e prevenção e resposta a emergências.

**Artigo 6º** - Esta Lei não substitui ou desobriga a observância de demais requisitos, legislações e instrumentos relacionados aos temas de segurança, mitigação de sinistros e resiliência, prevenção e resposta a emergências.

**Artigo 7º** - Os prazos para adequação das edificações, áreas e eventos abrangidos por esta Lei são:

**I** - Para produtoras de feiras, shows e eventos de grande público, 60 (sessenta) dias.

**II** - Para casas noturnas e congêneres, 90 (noventa) dias.

**III** - Os demais estabelecimentos, 180 (cento e oitenta) dias.

**Artigo 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições contrárias, em especial a Lei 2.177 de 29 de agosto de 2014.

Plenário das Deliberações, 18 de maio de 2015.

  
**CHICO LATÃ\PP**  
Vereador

  
**EVERALDO FOGAÇA\PTB**  
Vereador

  
**JAIR MONTE\PTC**  
Vereador

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTO VELHO                      RONDÔNIA**  
**J U S T I F I C A T I V A**



Esta proposta visa substituir o projeto apresentado anteriormente, tendo em vista que, ao analisarmos a redação, encontramos inconsistências que comprometeriam a aplicação e o cumprimento daquela proposta.

Em consulta ao Conselho Nacional do Bombeiro Civil o texto foi aprimorado mantendo seu objetivo conforme a proposta original.

Na forma como apresentada agora, esta proposta de Lei tem fácil entendimento e plenas condições de aplicação e fiscalização dispensando a necessidade de posterior regulamentação que por ventura possa ser implementada.

Ao reduzir o texto original, foram removidos itens que fogem do escopo da competência do Município como relacionar atividades de uma profissão que são de escopo do Ministério do Trabalho e Emprego através da Classificação Brasileira de Ocupação CBO e demais dispositivos Federais, bem como há Normas Nacionais do CNBC que já tratam de temas relacionados, sendo assim, se primou por citar tais parâmetros ao invés de transcrevê-los.

Ao se adotar a Norma Nacional do CNBC como parâmetro, deixamos de correr o risco de termos uma Lei constantemente desatualizada ou de necessidade constante de emendas ou atualizações.

Houve ainda atenção especial aos critérios adotados pelo Município visando sua resiliência e a complementação da segurança de seus munícipes em todo seu território.

Como parâmetros de referência para fiscalização o Município adota as Normas Nacionais do Conselho Nacional de Bombeiros Civis CNBC Brasil, por serem mais atuais e dinâmicas e, sobretudo, com acesso público e gratuito, facilitando o acesso à informação e as condições para a fiscalização.

O texto atual conta com aprovação e apoio do Conselho Nacional de Bombeiros Civis CNBC-Brasil e do Sindicato de Bombeiros Civis e Guarda Vidas do Estado de Rondônia, manifestando o apoio da categoria e seu anseio por geração de emprego e condições de segurança em prevenção e resposta a emergências pela resiliência do Município e proteção a toda sociedade de Porto Velho.



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTO VELHO                      RONDÔNIA**



Assim, o conceito do texto original já aprovado está preservado, sendo a redação atual adequada para uma melhor aplicação e fiscalização de seu objetivo junto à sociedade de Porto velho o que solicitamos aprovação dos pares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações, 18 de maio de 2015.

  
**CHICO LATA\PP**  
**Vereador**

  
**EVERALDO FOGAÇA\PTB**  
**Vereador**

  
**JAIR MONTE\PTC**  
**Vereador**